

P. 7/2015

----- **CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DOS  
BALNEÁRIOS DO CAMPO DESPORTIVO DE NANDUFE.** -----

----- No dia cinco do mês de Fevereiro de dois mil e quinze, no edifício dos Paços  
do Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, Oficial Público da Câmara Municipal de  
Tondela, reduzo a escrito o presente Contrato com os seguintes outorgantes:-----

-----**PRIMEIRO**-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na Freguesia e  
Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela,  
outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680,  
por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número  
75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----**SEGUNDO**-----

----- Octávio José Gonçalves de Matos, casado, natural da Freguesia de Tonda,  
Concelho de Tondela e residente na Freguesia de Lobão da Beira, do mesmo  
Concelho, com o NIF 182 215 784 e com o cartão de cidadão número 09395682,  
válido até 10/03/2015, emitido pela República Portuguesa, com poderes para  
outorgar em representação da Sociedade por Quotas, Construções Lobanense,  
Limitada, com o NIPC 507 738 020, com sede na Freguesia de Lobão da Beira,  
Concelho de Tondela, conforme verifiquei por Certidão Permanente do Contrato de  
Sociedade subscrita em três de Junho de dois mil e catorze, que arquivo sob o  
número um e com o Alvará de Construção número 56017 que arquivo sob o número  
dois. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal  
que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a  
do segundo outorgante pela exibição do mencionado documento de identificação. ---

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 29/12/2014, que arquivo sob o número três, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada em 27/01/2015, à firma aqui representada pelo segundo outorgante e após procedimento por Ajuste Direto, a empreitada de Recuperação dos Balneários do Campo Desportivo de Nandufe, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base e submetida na plataforma em 22/12/2014, que arquivo sob o número quatro. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 27-01-2015, que arquivo sob o número cinco. -----

----- O valor da presente adjudicação é de trinta e seis mil e quarenta euros, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- Que esta empreitada é por série de preços e os pagamentos se efetuarão mediante Autos de Medição a elaborar mensalmente e no prazo de sessenta dias após a receção pela Câmara das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, de acordo com o Caderno de Encargos, que arquivo sob o número seis. -----

----- Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações pecuniárias, tem o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito e pelo período correspondente à mora. -

----- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a um por mil do preço contratual. -----

----- No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no parágrafo anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade. -----

----- O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais vinculativos de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do contrato. -----

----- Que a revisão de preços será calculada nos termos do Decreto-Lei número 6/2004, de 06 de Janeiro, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, mediante a seguinte fórmula: -----

$$C_t = 0,45 \frac{St_t}{So_0} + 0,01 \frac{M03_t}{M03_0} + 0,10 \frac{M10_t}{M10_0} + 0,01 \frac{M13_t}{M13_0} + 0,01 \frac{M20_t}{M20_0} + 0,01 \frac{M23_t}{M23_0} + 0,22 \frac{M29_t}{M29_0} + 0,02 \frac{M42_t}{M42_0} + 0,07 \frac{Et}{E_0} + 0,10$$

----- Que esta empreitada deverá estar concluída trinta dias após a assinatura do Auto de Consignação, que será assinado em simultâneo com o presente Contrato, prevendo-se o seu início em 06/02/2015 e o seu termo em 06/03/2015. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de seis por cento, no montante de dois mil cento e sessenta

e dois euros e quarenta cêntimos, é de trinta e oito mil duzentos e dois euros e quarenta cêntimos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número sete: Certidão validada via internet e emitida em dez de Dezembro de dois mil e catorze pelo Serviço de Finanças de Tondela, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número oito: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em dez de Dezembro de dois mil e catorze, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Nos termos do número 3 do artigo 88º do C.C.P., serão efetuadas retenções no valor de dez por cento nos pagamentos a efetuar. -----

-----O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 07-01-03-02, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 16102/2015, datado de 30/01/2015. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto na alínea h) do artigo 96 do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, que esta empreitada terá execução no corrente ano. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: \_\_\_\_\_

-----O Segundo Outorgante: \_\_\_\_\_

-----O Oficial Público: \_\_\_\_\_

